



História Brasileira do Golpe de 1964 à Constituinte de 1988

Mulheres na luta contra a ditadura militar
A Lei de Anistia de 1979: Memória, Justiça
e Reparação

Segunda 20 de outubro . Auditório B8

Maria Amélia de Almeida Teles é jornalista. Nasceu em 1944 em Contagem, Minas Gerais. Sua militância política teve início no ano de 1960, quando aderiu ao Partido Comunista Brasileiro. Foi presa em 1964 logo após o golpe no Quartel do Barro Preto na capital mineira, onde permaneceu detida por duas noites acusadas de subversão, junto com sua irmã mais nova, Criméia.

Em 1968, com o racha interno do PCB, as irmãs, vivendo em situação de clandestinidade desde 1965, decidem aderir ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), convictas da necessidade da luta armada diante da dada conjuntura política. Amelinha, então casada com o militante César Teles, passou a atuar junto à imprensa do Partido. Em sua segunda prisão, ocorrida em 1972, Amelinha, César e Carlos Nicolau Danielli, companheiro de militância do casal, foram capturados pela equipe da Operação Bandeirantes e passou pelo DOI-Codi/SP, Deops/SP, Presídio do Hipódromo e por fim, Casa do Egresso, somando aproximadamente 10 meses de reclusão. Após a soltura, deu continuidade à militância política, que tem entre suas principais bandeiras o movimento feminista e a busca pelos mortos e desaparecidos políticos. Foi uma das anistiadas política pela Lei de 1979. Atualmente coordena o Projeto Promotoras Legais Populares e integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva e da Comissão da Memória e da Verdade da Prefeitura de São Paulo (CMV).

Eneá de Stutz e Almeida é graduada e mestre em Direito pela UERJ e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora associada da Faculdade de Direito e coordenadora do PPG em Direito da Universidade de Brasília. Atua principalmente nos temas: história do direito, justiça de transição e direitos humanos, tanto na graduação quanto pós-graduação, orientando nos níveis de mestrado e doutorado.

Coordena o Grupo de Pesquisa Justiça de Transição, vinculado ao programa de PPG em Direito da UnB. Ex-Presidente da Comissão de Anistia, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania.

Tessa Moura Lacerda é professora livre-docente de Filosofia na Universidade de São Paulo- USP (desde 2009), especialista em Filosofia Moderna, mas estudiosa também de outros temas, como a relação entre história, memória e testemunho (relacionada particularmente com a ditadura civil-militar brasileira de 1964-85); e as questões de gênero pensadas de um ponto de vista filosófico (feminismos, Transfeminismo, teoria queer).

É autora de A filosofia expressiva de Leibniz (Edusp, 2025); Pela memória de um paí[s]. Gildo Macedo Lacerda, presente! (Aretê, 2023); As paixões (Martins Fontes, 2013); A política da metafísica. Teoria e prática em Leibniz (Humanitas, 2004), além de inúmeros artigos. Editora da revista Cadernos espinhosanos. Estudos sobre o Pensamento do Século XVII da USP (desde 2003); da Revista NÓS – feminismos, transfeminismo e teoria queer (desde 2024). Coordenadora do grupo NÓS – Grupo de estudos sobre feminismos da USP.

Carolina de Campos Melo é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Direito (Internacional) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio. É Advogada da União - Advocacia-Geral da União, parte da Coordenação Nacional de Assuntos Internacionais. Foi assessoria e membro do Comitê de Relatoria do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Foi Conselheira da Comissão de Anistia. Professora do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua principalmente nos temas de Direito Internacional e Justiça de Transição.

9h-11h

Mulheres na luta contra a ditadura militar

Tessa Moura Lacerda - Filosofia USP

Amélia Teles - Jornalista, escritora e ativista

11h-13h

A Lei de Anistia de 1979: Memória, Justiça e Reparação

Eneá de Stutz e Almeida - PPG Direito UnB

Carolina de Campos Melo - PPG Direito PUC Rio



Programa de
Pós-graduação
em Direito
da PUC-Rio



Programa de
Educação
Tutorial - História

Foto Evandro Teixeira

Passeata dos Cem Mil Cinelândia, Rio de Janeiro, 1968. Acervo IMS

Arte Infojur. Amanda Dahan